

**FÓRUM NACIONAL ÁLCOOL E SAÚDE (TAMBÉM) NÃO PARECE ESTAR A CONTRIBUIR COMO PODERIA ESPERAR-SE...**

# **PORTUGUESES E ÁLCOOL: UM BRAÇO DE FERRO EM QUE GANHAM SEMPRE OS MESMOS, OS “MAIS MUSCULADOS”**

O Palácio Marqueses da Praia e Monforte, em Loures, acolheu uma vez mais a reunião ordinária do Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS). O evento decorreu no dia 20 de abril e contou com a participação da vice-presidente da Câmara Municipal de Loures, Sónia Paixão, e de João Goulão, diretor-geral do SICAD, na sessão de abertura. Seguiram-se as intervenções de Isabel Cristina Fernandes - Programa Nacional para as Doenças Oncológicas e de Patrícia Pissarra - AIHaMBRA Project - Estudo sobre informação/advertências de saúde relacionadas ao consumo de álcool em rótulos e fora deles. Ainda durante o período da manhã, os membros do FNAS discutiram questões relacionadas com as mudanças na rotulagem das bebidas alcoólicas, em Portugal. Durante o período da tarde, Clara Vital apresentou os resultados do Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral (INPG), a que se seguiu a intervenção do secretário-geral do FNAS e subdiretor-geral do SICAD, Manuel Cardoso, que apresentou as Linhas de Ação emergentes. Para o final do dia estava reservada a apresentação e assinatura da nova carta de compromisso FNAS, que congrega atualmente cerca de 80 parceiros.

O Fórum Nacional Álcool e Saúde é uma plataforma em que um conjunto alargado de entidades (da oferta e da procura) aderem a uma carta de compromisso, que concorre para um agregado de objetivos com base nas metas do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências, designadamente as que dizem respeito ao álcool.

Dependências acompanhou mais esta iniciativa do FNAS e entrevistou Manuel Cardoso e Sónia Paixão, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Loures, município sede desta iniciativa.

## **MANUEL CARDOSO, SUB DIRETOR-GERAL DO SICAD**



**Assistimos hoje a uma intervenção muito dura e crítica da sua parte... a que se deveu?**

**Manuel Cardoso (MC)** – A verdade é que estamos com planos para a redução dos problemas ligados ao álcool desde 2008, realmente o primeiro foi publicado em 2010, e não temos ganhos... Toda esta intervenção é, tem que ser, muito centrada em saúde. Mas a saúde tem também uma componente política fundamental e, nessa intervenção, o que nos comprometemos a conseguir foi, basicamente, ganhos em saúde. Honestamente, se as pessoas consomem menos, se os padrões de risco são menores, é apenas um caminho para termos ganhos em saúde. A minha preocupação é, por isso, ter ganhos em saúde, é ter maior esperança de vida, mais anos de vida com saúde, sem problemas e mortes relacionadas com o consumo de álcool. Mas os dados que hoje temos revelam





que estamos a piorar em tudo ou em todos os indicadores. Não podemos desculpar-nos mais com a pandemia ou com qualquer outro motivo. E este é o local, na minha perspetiva, para fazer esta análise. Porque estes membros do FNAS vão assumir compromissos e, quando o fazem, têm que ter consciência de que esse compromisso deve concorrer para atingir objetivos do Plano Nacional.

**Referiu quatro problemas relacionados com rotulagem, preço, publicidade e disponibilização de bebidas alcoólicas... a quem compete esta intervenção?**

**MC** – Compete a nós! Em primeiro lugar, compete ao legislador e ao governo, em termos globais. Não tenho dúvidas quanto a isso. Até aqui, cumprindo com a legislação que tínhamos, apesar de alguma estar a deixar de ser cumprida, conseguimos ter algum controlo. Tivemos inclusivamente ganhos no consumo per capita. Porque as coisas estão a deixar de ser cumpridas, está tudo a reverter-se. Mais, quando falamos numa política de preços, referimo-nos a uma política da relação do custo da bebida alcoólica com o teu rendimento... ora, se o rendimento aumenta e a bebida alcoólica se mantém ao mesmo preço, a política está a ser negativa, a facilidade de acesso aumenta e os consumos irão seguramente aumentar. E não podemos desculpar-nos com os turistas. Estou a falar dos portugueses que têm doenças e que morrem. Neste momento, o Estado, nós todos - e a administração pública está aqui mais representada no FNAS do que qualquer outro setor - temos que pensar em legislar, nomeadamente em termos de IABA (imposto sobre as bebidas), para todas as bebidas alcoólicas e não só para algumas, e com valores que façam com que o cidadão não tenha, nunca, a possibilidade de adquirir um litro de vinho de forma mais barata do que um litro de leite. Se a indústria não o faz *per se*, tem que ser o Governo a fazê-lo. A outra é a questão da publicidade: houve várias propostas de alteração, mas ainda temos outdoors, a publicidade na imprensa escrita, nas salas de cinema e particularmente o marketing, os patrocínios, e a publicidade digital e online que não estamos a conseguir resolver e que está a ser introduzida e entra pelos computadores e telemóveis... Você vai pesquisar uma notícia de jornal na internet e depara-se com uma mensagem publicitária a promover o consumo de bebidas alcoólicas. Depois, a questão da acessibilidade: há alguns anos atrás, os estabelecimentos de auto serviço, nomeadamente hipermercados e supermercados, tinham espaços reservados para bebidas alcoólicas, com informação a veicular que só os maiores de 18 anos poderiam adquiri-las... e as pessoas elegíveis teriam que recorrer a esses espaços para as comprar. Hoje, entra num supermercado e vê vinho em todas as prateleiras. Vê junto à carne, aqueles que consideram mais adequados, o mesmo na peixaria, marisco, queijos ou enchidos... Vê bebidas alcoólicas por todo o lado! E isto não pode acontecer, mas não existe qualquer punição. E quando a fiscalização tenta intervir existem vários mecanismos para contrariar a aplicação da lei. Só definir regras ou clarificar a legislação no sentido dessa disponibilidade, que é claramente indutora do consumo de risco, já seria um grande ganho. Em relação à rotulagem, é outro caminho. A própria Comissão Europeia fará

sair mais alguma legislação dentro do que estava previsto, como a questão da informação das calorias por bebida alcoólica, os ingredientes... é importante, mas friso que gostaria muito que os portugueses, que fizeram um caminho de apenas autorregulação a colocar pictogramas relativamente visíveis da grávida, pusessem também pictogramas relativos aos 18 anos e à condução. É uma mensagem. Estamos a discutir e talvez a caminho, de ter mensagens escritas sobre os riscos para a saúde, do consumo de bebidas alcoólicas, tais como: "prejudica a saúde"; "pode provocar cancro"; "pode provocar cirrose hepática". O caminho poderá vir a ser esse, mas, neste momento, o nosso foco deve ser muito mais o outro, a política de preços, o marketing, a publicidade e as questões de acesso. Também será de acesso a fiscalização do consumo por menores....

**Também testemunhámos grandes preocupações, na sua preleção, relativamente aos indicadores dos últimos dez anos sobre o consumo de álcool...**

**MC** – O objetivo é tentar passar a mensagem de que, se é para termos estes resultados, o Fórum tem que repensar os seus objetivos. Não precisamos de um fórum de discussão de políticas, se não consigo ter ganhos em saúde. O que desenhámos para o Fórum foi um primeiro tempo para acertarmos agulhas, de partilhas e de discussão. Conseguimos tomar algumas medidas e obtivemos alguns sucessos, mas precisamos de fazer mais. Precisamos também de fortalecer a subcomissão das lícitas, que não foi ultimamente tão assertiva como seria necessário.

**Designadamente em patologias como o cancro... e, uma vez mais, deixou bem vincada a sua insatisfação relativamente aos últimos dez anos de trabalho no seio do FNAS e do combate o uso nocivo do álcool...**

**MC** – Exatamente, porque nunca tinha sido tão claro, mas também porque a circunstância europeia, nomeadamente o Plano Europeu Contra o Cancro, também está em vigor e há esse esforço da OMS e de várias outras organizações internacionais para trazerem isto à agenda. A verdade é que quando pensamos nesta relação, constatamos que o álcool é responsável por sete tipos de cancro. E se ligarmos estes indicadores, à esperança e qualidade de vida, ao custo de cada tratamento... A minha postura, enquanto responsável, é ir avaliando sistematicamente e, desde o primeiro minuto da criação deste Fórum, foi sempre caminhar e avaliar. Hoje, fiz uma avaliação dos últimos tempos, os últimos dez anos, porque é sempre mais fácil fazê-lo relativamente a períodos temporais mais alargados e porque tivemos uma avaliação em 2012 e temos outro inquérito em 2022. Para todos os efeitos, são dez anos. Mas tenho de confessar que não estou satisfeito com os resultados. Absolutamente! Estou mesmo, muito desiludido!





## SÓNIA PAIXÃO, VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES



### O que poderão fazer as autarquias e os autarcas para tentar minorar os problemas que os nossos jovens têm face ao consumo de álcool?

**Sónia Paixão (SP)** – As autarquias são o primeiro ponto focal com a população e, portanto, têm aqui um enorme trabalho, desde logo na área da educação e promoção para a saúde. São várias as ações de sensibilização que a Câmara Municipal de Loures faz, elegendo esta preocupação com um grupo específico como os jovens, ainda que este tema não esteja apenas focalizado nos jovens. Creio que as autarquias têm a capacidade intersectorial de olhar para estas questões e as preocupações, quer seja na área da saúde, dos recursos humanos, do urbanismo ou das questões ambientais. São olhares transversais que cada vez mais devemos vir a ter.

### Que importância atribui à transferência de competências na área da saúde para os municípios?

**SP** – Entendemos que os municípios estão mais próximos e diretamente com os municípios e que a sua capacidade de satisfação das suas reais necessidades é muito maior do que a que o estado central, alguém que não está tão próximo deles, pode assegurar. A esfera de competências que passa para as câmaras na área da saúde é muito funcional, que respeita à assunção de competências na gestão das infraestruturas, dos assistentes operacionais e dos meios de logística e não da esfera mais médica, a que mais preocupação representa... de qualquer forma, só o facto de as unidades de saúde terem condições para laborar, o ar condicionado ou os elevadores a funcionar, situações que estando na esfera da administração central aguardam nalguns casos uma intervenção durante um período de tempo inaceitável, logo aí teremos grandes benefícios em assumirmos esta competência.

